INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DE LISBOA FRANCISCO GENTIL, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 1241/2007

Por deliberação do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., de 21 de Fevereiro de 2007, foi Maria Fernanda Osório Coroado Dinis, auxiliar de acção médica do quadro de pessoal deste Instituto, autorizada a entrar em gozo de licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com efeitos a partir de 20 de Março de 2007.

Por deliberação do conselho de administração do Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E. P. E., de 21 de Fevereiro de 2007, foi Maria Amália Conceição Brito Relvas, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal deste Instituto, autorizada a entrar em gozo de licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do disposto no artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, com efeitos a partir de 15 de Março de 2007.

29 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Carla Paulo Henriques.*

VIANAPOLIS — SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM VIANA DO CASTELO, S. A.

Anúncio n.º 4027/2007

Nos termos do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, discriminam-se as obras adjudicadas pela VianaPolis — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S. A., durante o ano de 2006:

Tipo de concurso	Empreitada	Adjudicatário	Valor (euros)
Concurso público	Empreitada de construção de um centro de monitorização e interpretação ambiental em Viana do Castelo.	Clemente & Silva, L.da	466 753,08
Concurso público	Empreitada de construção de um parque urbano no Parque da Cidade em Viana do Castelo.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	1 447 819,53
Concurso público	Empreitada de construção de espaços públicos e infra-estruturas no Parque da Cidade em Viana do Castelo.	Mota-Engil, Engenharia e Construção, S. A.	3 943 126,64
Concurso público	Empreitada de pavimentação de espaços públicos e infra-estruturas na Praça da Liberdade em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	1 028 109,72
Concurso limitado	Empreitada de pavimentação do passeio sul da Rua de João Alves Cerqueira com a Avenida do Campo do Castelo, em Viana do Castelo.	BETOMINHO, S. A.	47 578,51
Concurso limitado	Empreitada de execução de um arruamento de ligação a sul do parque de estacionamento no Campo da Agonia, em Viana do Castelo.	Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S. A.	61 338,48
Concurso limitado ...	Empreitada de execução de tratamento paisagístico na área central do Campo da Agonia, em Viana do Castelo.	BETOMINHO — Sociedade de Construções, S. A.	88 600
Ajuste directo	Trabalhos de execução de redes hidráulicas na envolvente do Largo do Infante D. Henrique, em Viana do Castelo.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	24 342,61
Ajuste directo	Execução de trabalhos diversos na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	20 974,77
Ajuste directo	Empreitada de fornecimento e instalação de dissuasores de trânsito na envolvente do Largo do Infante D. Henrique.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	4 927,50
Ajuste directo	Empreitada dos trabalhos de fornecimento e montagem de cabos, calhas e armário BTE para alimentação eléctrica da fonte cibernética na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	Painhas, S. A.	9 909,12
Ajuste directo	Empreitada dos trabalhos de fornecimento e aplicação de betão para enchimento da base do monumento Portas da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	1 260
Ajuste directo	Empreitada de fornecimento, execução e montagem de passadiços no monumento Portas da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	José Filipe & Filho, L.da	4 875
Ajuste directo	Empreitada dos trabalhos de aplicação e revestimento de tampas rebaixadas na Praça da Liberdade em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	1 881,60
Ajuste directo	Trabalhos de execução de redes eléctricas e de telecomunicações nas Ruas dos Poveiros e de Góis Pinto e de trabalhos complementares no posto de transformação público.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	14 971,80
Ajuste directo	Trabalhos de fornecimento e instalação de ventilação da cave do piso –1 do conjunto edificado lote A3 do PPCHVC.	Eusébios & Filhos, S. A.	14 081,08
Ajuste directo	Trabalhos de fornecimento, montagem e execução de serrelharias no monumento Portas da Liberdade, na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	José Filipe & Filho, L.da	19 600
Ajuste directo	Trabalhos de fornecimento e aplicação de ramais de drenagem de caixas existentes de infra-estruturas eléctricas na Praça da Liberdade, em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	767,50
Ajuste directo	Execução de uma rede complementar de drenagem de águas pluviais no parque urbano no Parque da Cidade, em Viana do Castelo.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	24 937,40
Ajuste directo	Pavimentações na envolvente ao parque de estacionamento no Campo da Agonia, em Viana do Castelo.	Domingos da Silva Teixeira, S. A.	24 928,39
Ajuste directo	Execução de uma vala naturalizada para drenagem de águas pluviais no parque urbano no Parque da Cidade, em Viana do Castelo.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	24 938,04
Ajuste directo	Fornecimento e montagem de consola de comando, semáforos e projectores de iluminação do mastro da ponte móvel pedonal de Viana do Castelo.	Irmãos Cavaco, S. A.	24 442,75

Tipo de concurso	Empreitada	Adjudicatário	Valor (euros)
Ajuste directo	Execução de muros de protecção à descarga de colectores	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	4 050
Ajuste directo	Fornecimento e assentamento de colectores rectangulares pré-fabricados.	MonteAdriano — Engenharia e Construção, S. A.	4 388,60

24 de Maio de 2007. — Os Administradores: *Defensor Oliveira Moura — Luís Manuel Rodrigues Cachada.*

PARTE H

CÂMARA MUNICIPAL DE ALANDROAL

Aviso n.º 11 676/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de dois lugares de técnico profissional de 2.ª classe

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, pelo despacho n.º 13-GP/2007, de 13 de Junho, do presidente da Câmara Municipal de Alandroal, se encontra aberto, nos termos dos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso externo de ingresso para preenchimento de dois lugares vagos no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Alandroal, dois lugares de técnico profissional de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico profissional.

2 — Legislação aplicável — o concurso rege-se pela legislação regulamentar da matéria, designadamente o disposto nos Decretos-Leis n.os 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e o Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para as vagas postas a concurso, caducando com o preenchimento das mesmas.

4 — Local de trabalho — área do município de Alandroal.

5 — Conteúdo funcional — o definido nos despachos n.os 1/91, do SEALOT, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 27 de Janeiro de 1990, e 3223/2002, do SEAL, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Fevereiro de 2002.

6 — Remunerações e condições de trabalho — o vencimento é o previsto no escalão 1, índice 199, da tabela do regime geral da função pública. Relativamente às regalias sociais e condições de trabalho, são aplicáveis as normas genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

7 — Requisitos legais de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — poderão candidatar-se todos os indivíduos que satisfaçam os requisitos constantes do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

7.2 — Requisitos especiais — os previstos na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Composição do júri:

Presidente — João Maria Aranha Grilo, vice-presidente da Câmara Municipal de Alandroal.

Vogais efectivos:

1.º José Manuel Moreira Rosado, chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Alandroal.

2.º Joaquim José Cuco Galhardas, vereador da Câmara Municipal de Alandroal.

Vogais suplentes:

1.º Maria Marcelina Rocha, chefe de secção de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Alandroal.

2.º José Pereira Nabais Pacheco, técnico profissional especialista principal da Câmara Municipal de Alandroal.

O 1.º vogal efectivo substitui o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

9 — Métodos de selecção — prova escrita de conhecimentos e entrevista profissional de selecção.

As provas serão classificadas numa escala de 0 a 20 valores.

9.1 — A prova de conhecimentos, com carácter eliminatório e com duração de sessenta minutos, versará sobre as seguintes matérias:

Decretos-Leis n.os 100/99, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, 157/2001, de 11 de Maio, 169/2006, de 17 de Agosto, e 181/2007, de 9 de Maio (regime de férias, faltas e licenças);

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro (Estatuto Disciplinar);

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias);

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro (Código do Procedimento Administrativo);

Conteúdo funcional — despachos n.os 1/91, do SEALOT, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 27 de Janeiro de 1990, e 3223/2002, do SEAL, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, de 11 de Fevereiro de 2002.

9.2 — Constitui factor preferencial na selecção dos candidatos a posse dos cursos de técnico de gestão e técnico de construção civil.

9.3 — Os candidatos que obtiverem na prova de conhecimentos nota inferior a 9,5 valores serão excluídos do concurso.

9.4 — Os candidatos que obtenham uma classificação igual ou superior a 9,5 valores serão sujeitos a entrevista profissional de selecção.

9.5 — Na entrevista profissional de selecção constarão os seguintes factores de apreciação:

Interesse e motivação profissionais (IMP);
Capacidade de expressão e comunicação (CEC);
Sentido de organização e capacidade de inovação (SOCI);
Capacidade de relacionamento (CR);
Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer (CPTIF).

10 — A classificação final e o consequente ordenamento dos candidatos resultará da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando da média aritmética ponderada da classificação obtida nos métodos de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF=\frac{2PC+EPS}{3}$$

em que:

CF — classificação final;
PC — prova de conhecimentos;
EPS — entrevista profissional de selecção.